

Brasil não paga parcela da dívida vencida hoje

BRASÍLIA — O Governo brasileiro e os bancos credores internacionais decidiram cancelar o pagamento da parcela que venceria hoje, dos pagamentos relacionados aos juros devidos pelo País no último trimestre deste ano.

O Embaixador Rubens Barbosa, Secretário para assuntos internacionais do Ministério da Fazenda, explicou, ontem, que o cronograma de desembolso das parcelas dos juros do trimestre, que totalizam aproximadamente US\$ 1,5 bilhão, teve de ser adiado.

Isto porque não foi possível ainda fechar o empréstimo — ponte global de US\$ 3 bilhões dos bancos credores ao País previsto no acordo de curto prazo da dívida externa.

Com o cancelamento da parcela de hoje, o cronograma dos desembolsos de US\$ 1,5 bilhão ficou parcelado em apenas duas datas — o dia 30 deste mês e o dia 11 do próximo mês de janeiro.

A principal dificuldade para o fe-

chamento do empréstimo-ponte global de US\$ 3 bilhões, segundo o Embaixador Rubens Barbosa, é a resistência do Banco do Kuwait em aderir ao empréstimo com os recursos que lhe cabem, que chegam a US\$ 20 milhões.

Trata-se de uma quantia pequena, reconheceu o Embaixador, mas que terá de ser coberta pelos demais credores que participam do acordo para que seja possível concluí-lo e colocá-lo em prática.

Na primeira fase do acordo de curto prazo, está previsto que o Governo brasileiro desembolsará US\$ 500 milhões e os bancos credores outros US\$ 1 bilhão, parcelados originalmente em três datas, agora reduzidas para apenas duas.

Na segunda fase do acordo de curto prazo, seriam normalizados os pagamentos dos juros devidos pelo País de fevereiro a setembro deste ano, cabendo ao Brasil desembolsar US\$ 1 bilhão e os bancos mais US\$ 2 bilhões, até junho do próximo ano, na

dependência do fechamento do acordo de médio prazo.

Todos os recursos fornecidos pelos bancos, no valor total de US\$ 3 bilhões, serão transformados em empréstimo-ponte ao Governo brasileiro.

Ontem, o Embaixador Rubens Barbosa acrescentou que o fechamento desse empréstimo-ponte depende do comitê credor, que manterá contatos com o Governo brasileiro através da Secretaria para Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda e da Diretoria da Dívida Externa do Banco Central.

Rubens Barbosa garantiu que continua válida a orientação de se voltar a negociar o acordo de médio prazo, o que está previsto para o próximo dia 9.

Até lá, terão de ser definidos os negociadores que se sentarão à mesa com os credores em nome do Governo brasileiro, tendo em vista a demissão do Assessor Especial da Fazenda, Fernão Bracher.